



TCE entra na crise do IPTU e cobra explicações sobre reajuste à prefeitura da Capital



By Richelieu de Carlo — 07/01/2026

🕒 3 Mins Read

[f Facebook](#)[t Twitter](#)[w WhatsApp](#)[t Telegram](#)

Ofício assinado pelo conselheiro Osmar Jeronymo cobra informações sobre a base legal que fundamenta o reajuste do tributo. (Foto: Divulgação)

O Tribunal de Contas do Estado decidiu se envolver na crise do IPTU 2026 em Campo Grande. A corte de contas encaminhou ofício à prefeita Adriane Lopes (PP) solicitando esclarecimentos sobre os critérios adotados para o reajuste do Imposto Predial e Territorial Urbano neste ano.

No documento, o TCE-MS também pede detalhes sobre os critérios e valores estabelecidos para a cobrança da taxa de coleta de lixo. Com isso, o tribunal se junta a outras entidades que questionam os aumentos considerados abusivos no IPTU, como a OAB/MS, a Associação dos Advogados Independentes, o Conselho Regional dos Corretores de Imóveis), a Câmara dos Dirigentes Lojistas, e Sindicato dos Engenheiros de MS.

As Últimas



Após ameaçar Groenlândia, Trump menospreza peso de europeus na Otan

BR — 07/01/2026

🕒 4 Mins Read



TCE entra na crise do IPTU e cobra explicações sobre reajuste à prefeitura da Capital

CAMPO GRANDE — 07/01/2026

🕒 3 Mins Read



EUA apreendem dois navios que transportariam petróleo da Venezuela

BR — 07/01/2026

🕒 2 Mins Read



Em derrota para Câmara, Adriane barra desconto de 20% e apenas prorroga IPTU até fevereiro

CAMPO GRANDE — 07/01/2026

🕒 3 Mins Read

Em derrota para Camara, Adriane barra desconto de 20% e apenas prorroga IPTU até fevereiro

Última esperança: Justiça pode suspender aumento abusivo no IPTU sem respaldo legal

Adriane reduz IPTU dos ricos e eleva dos pobres; entidades querem suspender pagamento do tributo

O ofício assinado pelo conselheiro Osmar Jeronymo cobra informações sobre a base legal que fundamenta o reajuste do tributo, os índices e parâmetros técnicos utilizados para a definição do percentual aplicado, bem como dados sobre eventual atualização da Planta Genérica de Valores (PGV) ou de outros instrumentos de avaliação dos imóveis urbanos, o impacto estimado do reajuste na arrecadação municipal e os reflexos para os contribuintes.

As informações devem ser encaminhadas ao TCE-MS no prazo de cinco dias úteis, contados a partir do recebimento do ofício, acompanhadas da documentação comprobatória considerada pertinente pela administração municipal.

Nesta quarta-feira (7), a prefeita Adriane Lopes decidiu deixar de lado o principal pedido da comissão especial da Câmara Municipal de Campo Grande e rejeitou o retorno do desconto de 20% para o pagamento do IPTU 2026. Como prêmio de consolação, a chefe do Executivo ampliou o prazo para pagamento do tributo com desconto de 10% à vista até o dia 12 de fevereiro.

Durante as negociações, a pedido de empresários, advogados e vereadores, a equipe da prefeita tinha assegurado que o pagamento do IPTU seria prorrogado e o desconto voltaria a ser de 20%, uma tradição de décadas na Capital.

Apesar de toda mobilização para reduzir os valores que chegaram a aumentar até 396%, a prefeita Adriane Lopes apenas prolongou a mesma situação estabelecida nos carnês que os moradores de Campo Grande começaram a receber no fim de 2025. Os contribuintes vão ter de se contentar apenas com o prazo maior para pagamento à vista do tributo.

De nada adiantou os vereadores defenderem a possibilidade de suspensão da cobrança do IPTU, com o enquadramento de qualquer reajuste exclusivamente dentro do índice oficial de inflação, o IPCA de 5,32%.